

Editorial José Manuel Fernandes

Os números da ministra, os da OCDE e o dia-a-dia da escola

A engenharia estatística feita para apresentar, de forma artificial, o sucesso do nosso sistema de ensino obrigou a baixar os níveis de exigência e é um erro que pagaremos muito caro no futuro

Para assinalar a abertura do ano lectivo, o PÚBLICO pediu a 85 professores que dissessem o que iriam fazer para melhorar a escola. Não escolhemos uma amostra científica nem procurámos que fosse representativa, apenas tivemos o cuidado de que fosse aleatória e de não condicionar as respostas. Ora lendo o trabalho que hoje editamos verifica-se que uma grande parte dos professores, talvez a maioria, afirma ou dá a entender que ensinaria melhor se o ministério atrapalhasse menos. E são numerosíssimas as respostas em que se percebe até que ponto chegou a desmotivação de muitos docentes.

No entanto, milagrosamente, a ministra Maria de Lurdes Rodrigues e o primeiro-ministro José Sócrates vieram dizer-nos que tudo corre às mil maravilhas na área da educação. Há mais investimento (?) e conseguiram-se melhores resultados a todos os níveis, sobretudo no sucesso educativo dos alunos. Distribuíram aos jornalistas alguns quadros em abono da sua tese, provando que a percentagem de chumbos diminuiu (mas já não entregaram os números absolutos, para se perceber melhor o universo a que se referiam as percentagens...), e ainda disseram, humildemente, que o êxito se devia aos professores.

O que significa que estamos perante um paradoxo: professores que viveram um ano conturbado e de contestação conseguiram o milagre de estarem fortemente motivados para alcançar os objectivos com mais sucesso. Não bate certo. Até porque o inquérito também não encontrou, antes pelo contrário, esses professores altamente motivados.

Existindo um paradoxo, tem de existir uma explicação. A primeira seria estarmos perante uma geração de alunos mais motivada e mais interessada na aprendizagem e no sucesso. Seria

ótimo se fosse verdadeira, mas é falsa: a maioria dos alunos são os mesmos do ano passado, só que um ano mais velhos. Por esse lado não houve milagres.

A segunda explicação é a que foi ontem dada pela generalidade dos professores que se pronunciaram: há instruções para chumbar menos alunos, houve exames mais fáceis e aumentou-se tanto a burocracia que é quase preciso ser um herói para, como se diz em eduquês, “reter” uma criança ou um adolescente. É muito mais fácil deixá-lo prosseguir, mesmo que mal preparado. Infelizmente é esta a resposta verdadeira, a resposta que foi sendo antecipada ao longo do ano lectivo, quando aqui se escreveu que o Ministério da Educação estava mais preocupado com boas estatísticas do que com um bom sistema de ensino e alunos realmente qualificados.

Vale a pena citar, a este propósito, José Pacheco, director do Centro de Investigação em Educação (CIED) da Universidade do Minho, que ontem explicou à agência Lusa que “as elevadas taxas de retenção que se registavam há uns anos eram incomportáveis para qualquer Governo, por causa da comparação dos resultados a nível internacional. Agora reter um aluno é um processo difícil, o que faz com que, estatisticamente, haja uma diminuição significativa dos chumbos”.

Ou então Jorge Ramos, especialista em História da Educação, que concretizou: “Os níveis de exigência estabelecem-se de acordo com os objectivos esperados por parte do Estado e o objectivo actual é que toda a gente termine o seu percurso escolar. As competências e os objectivos esperados para cada ano de escolaridade passam a ser definidos em função de toda a população de uma determinada faixa etária.”

Acontece porém que, mesmo utilizando as estatísticas portuguesas, em particular as do Ministério da Educação, a OCDE sempre vai produzindo estudos comparativos que, mesmo condicionados pelos dados enviados de Portugal e não podendo avaliar fenómenos como o criticado “facilitismo”, permitem comparações interessantes.

Por exemplo: ficámos a saber que Portugal é um dos países da União Europeia onde se dedica menos tempo ao ensino da língua pátria e da Matemática, precisamente as duas cadeiras centrais, básicas, de qualquer currículo escolar; ou que os docentes portugueses de todos os níveis de ensino são os que dão mais horas de aulas e os que mais tempo têm de permanecer nas escolas, razão por que é provável que sejam dos que têm menos tempo para preparar as aulas e dos que mais horas gastam a preencher papéis e a desempenhar funções burocráticas.

Fazendo o cruzamento das estatísticas “embrulhadas” para eleitor ver com as da OCDE e acrescentando a leitura que os especialistas fazem do “milagre” do sucesso, só se pode chegar a uma conclusão: depois da fase da massificação do ensino que, naturalmente, se traduziu numa perda de qualidade por passarem a aceder ao sistema alunos com uma base familiar mais frágil, aquilo que devia ser a fase da qualificação e da exigência está ser substituído por uma mistificação que procura transformar o insucesso em sucesso, fingindo que, assim, se ganhou qualidade.

Num país onde os níveis formais de qualificação da população continuam ao nível dos da Turquia (só 28 por cento da população entre os 25 e os 64 anos completou o ensino secundário), este teatro político não é uma comédia, é uma tragédia que pagaremos muito caro no futuro.

Cartas ao Director

Taiwan na ONU

A República da China (Taiwan, sendo conhecida pelos portugueses como Ilha Formosa) é a 18.ª entidade económica mundial e 20.ª no que respeita ao investimento externo e tem ajudado muitos países, oferecendo assistência técnica e humanitária, como, por exemplo, São Tomé e Príncipe, onde tem contribuído de uma forma significativa e com resultados muito positivos na luta contra a malária. Possui experiência para partilhar com países em desenvolvimento. No entanto, estando fora da ONU e não podendo participar nas suas instituições especializadas, a República da China (Taiwan) não pode cooperar e partilhar os seus conhecimentos de uma forma mais efectiva e marcante.

A participação limitada de Taiwan das conferências, mecanismos e actividade da ONU e da OMS significa uma lacuna grave na prevenção de doenças do sistema mundial de saúde, para além do facto de sacrificar os direitos de 23 milhões de pessoas, o que é contra

o princípio da universalidade. Por exemplo, Taiwan não tem podido estabelecer contactos directos com a OMS no que respeita à prevenção de doenças e à implementação das International Health Regulations (IHR), estando também limitadas as reuniões e actividades daquela organização. Como consequência, a República da China (Taiwan) nem pode aceder aos mais recentes avanços da medicina e da saúde, nem obter assistência em caso de epidemias, como foi o caso do vírus da síndrome respiratória aguda. Esta facto mostra como o direito à saúde de 23 milhões de pessoas de Taiwan está a ser muito restrito.

Como sabe, a campanha de participação da República da China (Taiwan) na ONU começou em 1993, mas, apesar de ainda não ter tido sucesso quanto à entrada, o povo de Taiwan em geral apoia a continuação da campanha de participação na ONU. Portanto, o Governo da República da China (Taiwan) decidiu continuar este ano com este projecto de participar nas instituições especializadas da ONU, facto que contribuirá também

para a paz e cooperação na região da Ásia-Pacífico, pois isso faria com que ambos os lados do estreito de Taiwan colocassem de lado as suas diferenças e fortalecessem a cooperação em assuntos de mútuo interesse, reduzindo gradualmente os mal-entendidos e fricções. Consequentemente, a possibilidade de conflito no estreito diminuiria consideravelmente, favorecendo a estabilidade e a prosperidade naquela região.

Espero que o povo e o Governo português possam compreender esta situação e apoiar esta campanha este ano. A saúde mundial é de grande importância e para isso é necessária uma cooperação mundial, isto é, sem fronteiras, pois qualquer pessoa tem direitos e responsabilidades.

Chen-hsiung Lee
Representante do Centro Económico e Cultural de Taipé

Resposta eficaz

A melhor arma para responder com eficácia a situações anormais

é a prevenção e, no caso do aumento da criminalidade violenta a que temos assistido nos últimos tempos, não chega ouvirmos falar na comunicação social que vão ser tomadas medidas, estas já deveriam estar a ser aplicadas no terreno.

Como sempre, em Portugal é preciso que haja uma casa roubada para serem colocadas trancas na porta.

Quando o sr. primeiro-ministro diz na imprensa que o dever do Estado não é tratar da vida de ninguém mas dar oportunidades, a situação económico-social em que se encontra o nosso país, com leis desfasadas da realidade nacional, vem justamente ao encontro daquilo que está a acontecer, em que as dificuldades sentidas e vividas por muitos portugueses na sua vida do dia-a-dia vêm naturalmente potenciar as oportunidades do aumento de assaltos e a conseqüente violência física a eles associada.

Temo que a falta de respostas sociais e a insensibilidade dos políticos venham a servir para

que as classes sociais tomem por si a violência contra o Estado. O resultado desta mesma violência pode ter conseqüências cujos custos podem superar os benefícios.

É com certeza o dever do Estado tratar da vida dos cidadãos, procurando respostas e apresentando soluções, a fim de que não existam desculpas para estas oportunidades, aproveitadas para fazer pagar uns pela falta de sensatez e o não querer de outros.
Américo Lourenço
Sines

As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados, nem se prestará informação postal sobre eles.
Email: cartasdirector@publico.pt

Contactos do Provedor dos Leitores
Email: provedor@publico.pt
Telefone: 210 111 000